

A ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO APOIO SITUADO PARA UMA LEITURA DECOLONIAL DE IMAGENS DE PROFISSÕES EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

CONTENT ANALYSIS AS SITUATED SUPPORT FOR A DECOLONIAL
READING OF IMAGES OF PROFESSIONS IN GEOGRAPHY TEXTBOOKS

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 25/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/782346401](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/782346401)

Herbert Galeno Silveira Miguel¹

Joana Batista de Souza²

RESUMO

Este artigo discute a Análise de Conteúdo como apoio metodológico situado para uma leitura crítica e decolonial de imagens de profissões em livros didáticos de Geografia do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A investigação parte da premissa de que os materiais escolares não são suportes neutros, mas artefatos políticos e pedagógicos que participam ativamente da organização do conhecimento escolar e da produção de imaginários sobre lugares sociais, raça, trabalho e pertencimento. No contexto brasileiro, marcado por assimetrias herdadas do processo colonial e pelo racismo estrutural, os manuais escolares podem atuar como veículos da colonialidade. Como aponta a literatura, a colonialidade sobrevive ao colonialismo formal e se manifesta de forma sutil no cotidiano, inclusive nos critérios estéticos e visuais que definem quais corpos são autorizados a ocupar posições de prestígio e autoridade. Diante disso, propõe-se uma articulação equilibrada entre o rigor metodológico e o compromisso ético-político na pesquisa em Educação. Para tanto, a proposta mobiliza os procedimentos técnicos da Análise de Conteúdo clássica para a organização do material, a codificação e a estruturação de eixos interpretativos em movimento. Contudo, essa técnica é deslocada de uma perspectiva meramente quantitativa ou descritiva e reorientada teórica e hermenêuticamente pelos horizontes da interculturalidade crítica e das pedagogias decoloniais. Essa escolha metodológica reflete o princípio freiriano de que a prática educativa e a pesquisa pedagógica são atos políticos não neutros, demandando uma postura conscientizadora diante da realidade e uma rigorosidade que visa à transformação social.

No decurso do texto, a viabilidade desse percurso metodológico é demonstrada por meio da discussão de recortes empíricos e conjunturais específicos. Inicialmente, evidencia-se como atividades

práticas escolares podem reiterar estereótipos de subalternidade. Em seguida, a exploração iconográfica dos livros didáticos expõe o peso das assimetrias na divisão racializada do trabalho, revelando a recorrência de corpos negros vinculados a funções de menor prestígio e a invisibilização de seu protagonismo em carreiras científicas ou de comando. Por fim, o debate é expandido ao articular a gramática visual dos manuais com as denúncias contemporâneas do racismo estrutural veiculadas na mídia. Conclui-se que a Análise de Conteúdo, quando situada e decolonizada, constitui um potente instrumento para interrogar não apenas quem aparece nas páginas dos livros, mas como e onde aparece. O estudo oferece contribuições relevantes para a formação docente, para a avaliação crítica de materiais curriculares e para o fortalecimento de uma educação antirracista. Desnaturalizar a iconografia escolar pressupõe aprender a interrogar os manuais didáticos, abrindo brechas para que múltiplos sujeitos, histórias e profissões sejam representados com igual dignidade, pluralidade e complexidade no currículo visual da Geografia escolar.

Palavras-chave: Análise de Conteúdo Situada; Pedagogia Decolonial; Livro Didático de Geografia; Relações Étnico-Raciais; Divisão Racializada do Trabalho.

ABSTRACT

This article discusses Content Analysis as a situated methodological support for a critical and decolonial reading of images of professions in Geography textbooks for the 3rd to 5th grades of Elementary School. The investigation stems from the premise that school materials are not neutral resources, but rather political and pedagogical artifacts that actively participate in the organization of school knowledge and the production of imaginaries regarding social positions, race, labor, and belonging. In the Brazilian context,

marked by asymmetries inherited from the colonial process and structural racism, school textbooks can act as vehicles of coloniality. As pointed out in the literature, coloniality survives formal colonialism and manifests itself subtly in everyday life, including through the aesthetic and visual criteria that define which bodies are authorized to occupy positions of prestige and authority. In light of this, a balanced articulation between methodological rigor and ethical-political commitment is proposed for research in Education. To this end, the proposal mobilizes the technical procedures of classical Content Analysis for material organization, coding, and the structuring of interpretative axes in motion. However, this technique is shifted away from a merely quantitative or descriptive perspective and is theoretically and hermeneutically reoriented by the horizons of critical interculturality and decolonial pedagogies. This methodological choice reflects the Freirean principle that educational practice and pedagogical research are non-neutral political acts, demanding a conscientizing stance toward reality and a rigorousness aimed at social transformation. Throughout the text, the feasibility of this methodological path is demonstrated through the discussion of specific empirical and conjunctural excerpts. Initially, it highlights how practical school activities can reiterate stereotypes of subalternity. Subsequently, the iconographic exploration of textbooks exposes the weight of asymmetries in the racialized division of labor, revealing the recurrence of Black bodies linked to lower-prestige roles and the rendering invisible of their leadership in scientific or command careers. Finally, the debate is expanded by articulating the visual grammar of textbooks with contemporary denunciations of structural racism broadcast in the media. It concludes that Content Analysis, when situated and decolonized, constitutes a powerful instrument to interrogate not only who appears on the pages of books, but also how and where

they appear. The study offers relevant contributions to teacher education, the critical evaluation of curricular materials, and the strengthening of anti-racist education. Denaturalizing school iconography requires learning to interrogate textbooks, opening up cracks so that multiple subjects, histories, and professions are represented with equal dignity, plurality, and complexity in the visual curriculum of school Geography.

Keywords: Situated Content Analysis; Decolonial Pedagogy; Geography Textbook; Ethnic-Racial Relations; Racialized Division of Labor.

1. INTRODUÇÃO

A escola constitui um espaço de formação intelectual, cultural e social. Nela, os estudantes entram em contato com conhecimentos sistematizados, linguagens, imagens e diferentes modos de compreender o mundo. Nesse processo, o livro didático ocupa lugar de grande relevância, pois organiza conteúdos, orienta práticas pedagógicas e, muitas vezes, funciona como um dos principais mediadores entre currículo, professor e estudante. Entretanto, o livro didático não deve ser compreendido como um material neutro. Suas imagens, atividades, narrativas e escolhas de representação carregam concepções de sociedade, trabalho, cultura, raça e pertencimento. Sob a ótica de Freire (1996), o questionamento desses suportes pedagógicos vincula-se à própria essência da autonomia docente e discente, uma vez que o ato educativo exige uma postura conscientizadora e metodologicamente rigorosa, rejeitando a mera memorização passiva de conteúdos e estimulando a leitura crítica da realidade.

A sociedade brasileira, historicamente marcada por assimetrias de poder produzidas pelo processo de colonização, as disputas simbólicas presentes nos livros didáticos manifestam-se de modo expressivo nas representações étnico-raciais. Apesar das conquistas legais das últimas décadas, especialmente com a promulgação da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, os materiais escolares ainda podem carregar marcas de uma herança eurocêntrica. Essa matriz tende a naturalizar determinados lugares sociais, associando pessoas negras, brancas e indígenas a funções, ocupações e posições de prestígio de maneira desigual.

Nesse sentido, a colonialidade do poder, discutida por Quijano (2005), permite compreender como hierarquias raciais, culturais e epistêmicas continuam atravessando práticas, currículos e imagens escolares. De modo próximo, Maldonado-Torres (2007, p. 131) lembra que “a colonialidade sobrevive ao colonialismo” e permanece “viva nos manuais de aprendizagem, [...] na cultura, no senso comum, [...] nas aspirações dos indivíduos”.

No componente curricular de Geografia, no âmbito da Base Nacional Comum Curricular, essa questão assume especial importância, uma vez que a área contempla unidades temáticas relacionadas ao sujeito e seu lugar no mundo, às conexões espaciais, ao mundo do trabalho, às formas de representação espacial e às relações entre natureza, ambiente e qualidade de vida (Brasil, 2018). Ao apresentar imagens de profissões, lugares de trabalho e sujeitos em diferentes atividades, o livro didático também comunica quem aparece ocupando determinados espaços sociais e quais profissões são associadas a certos corpos. Desse modo, a representação visual das profissões pode tanto ampliar a compreensão dos estudantes

sobre a pluralidade do mundo do trabalho quanto reforçar hierarquias historicamente produzidas.

No contexto brasileiro, marcado pela colonialidade, pelo racismo estrutural e pela desigual distribuição de prestígio social entre ocupações, torna-se necessário problematizar como as imagens escolares apresentam trabalhadores e trabalhadoras. A questão não está em desvalorizar profissões como gari, mecânico, empregada doméstica ou trabalhador rural, que são socialmente necessárias e dignas. O problema emerge quando determinadas ocupações são reiteradamente associadas a pessoas negras ou indígenas, enquanto profissões socialmente reconhecidas como de maior prestígio, como medicina, advocacia, engenharia ou cargos de comando institucional, aparecem majoritariamente associadas a pessoas brancas.

Nesses casos, a imagem pode ensinar, de forma silenciosa, uma gramática racial do trabalho. Como afirma Bento (2022, p. 55), “Os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando”. Essa reflexão permite compreender que o problema não está nas profissões em si, mas na repetição visual de lugares sociais racialmente distribuídos, em que alguns corpos são historicamente associados ao comando, à autoridade e ao reconhecimento, enquanto outros são mantidos no imaginário da subordinação, do serviço e da menor valorização simbólica.

Essa discussão dialoga com Gomes (2018), ao compreender que a educação das relações étnico-raciais exige o enfrentamento das formas sutis e explícitas de reprodução do racismo no cotidiano escolar. Também se aproxima de Bento (2022), quando permite problematizar a branquitude como lugar de privilégio

frequentemente naturalizado nas instituições e nos imaginários sociais. Assim, olhar para imagens de profissões em livros didáticos não significa apenas observar ilustrações, mas interrogar os sentidos que elas produzem sobre raça, trabalho, dignidade, pertencimento e possibilidade de futuro.

Diante desse cenário, o presente estudo discute a Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), como apoio metodológico situado para a leitura crítica e decolonial de imagens de profissões em livros didáticos de Geografia do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental. O foco não recai sobre a apresentação de resultados empíricos de uma coleção específica, mas sobre a construção de um percurso analítico capaz de orientar pesquisas que desejem investigar a relação entre raça, profissão, prestígio social e currículo visual. Com isso, busca-se preservar a autonomia deste artigo como contribuição metodológica e crítica, evitando confundi-lo com pesquisas empíricas mais amplas ou com análises específicas de outros componentes curriculares.

Ao longo deste artigo, a análise das imagens será conduzida pela articulação crítica entre os procedimentos categoriais da Análise de Conteúdo e uma leitura decolonial atenta às relações entre raça, trabalho, prestígio social e currículo visual. Para demonstrar a viabilidade desse percurso metodológico, serão mobilizados recortes analíticos selecionados por meio de figuras que exemplificam diferentes modos de representação. Inicialmente, a Figura 1 permite observar como atividades escolares podem sugerir associações racializadas e sentidos de subalternização. Em seguida, a Figura 3 aprofunda a discussão ao problematizar representações que vinculam corpos negros a funções de menor prestígio social. Por fim, a Figura 4 aproxima a análise das imagens escolares de debates

contemporâneos sobre racismo e divisão racializada do trabalho, consolidando um percurso que transforma a observação visual em leitura crítica do currículo.

A pergunta que orienta este estudo pode ser formulada da seguinte maneira: de que modo a Análise de Conteúdo, tomada como apoio metodológico situado, pode contribuir para uma leitura decolonial das imagens de profissões em livros didáticos de Geografia dos anos iniciais? A partir dessa questão, o objetivo geral é discutir a pertinência desse procedimento para organizar unidades de registro e construir eixos interpretativos voltados à problematização das representações visuais, considerando raça, trabalho, visibilidade, prestígio social e silenciamentos curriculares.

A originalidade da proposta está em deslocar a Análise de Conteúdo de uma lógica meramente classificatória para uma perspectiva crítica e situada. Nesse movimento, Bardin (2016) é mobilizada como referência metodológica para a organização do material, enquanto a interculturalidade crítica, em diálogo com Walsh (2009) e Candau (2020), orienta a interpretação dos sentidos produzidos pelas imagens. Essa escolha busca manter a sobriedade acadêmica e a coerência epistemológica da investigação, reconhecendo que o método não fala por si mesmo. Ele precisa ser situado em uma base teórica capaz de explicitar quais desigualdades serão interrogadas e quais compromissos éticos orientam a leitura.

O texto está organizado em quatro movimentos. Inicialmente, discute-se o livro didático de Geografia como espaço de produção de sentidos sobre trabalho e posição social. Em seguida, apresentam-se a interculturalidade crítica e a perspectiva decolonial como base epistemológica para a análise das imagens.

Posteriormente, aborda-se a Análise de Conteúdo como apoio metodológico situado. Por fim, propõe-se um conjunto de eixos interpretativos que pode orientar estudos sobre imagens de profissões em livros didáticos, contribuindo para a formação docente e para a avaliação crítica de materiais escolares.

2. LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA, PROFISSÕES E CURRÍCULO VISUAL

O livro didático é um artefato cultural, pedagógico e político. Ele reúne textos, imagens, atividades, mapas, gráficos, fotografias e ilustrações que participam da organização do conhecimento escolar. No caso da Geografia, esse material assume especial relevância, pois contribui para a formação de modos de ler o espaço e interpretar as relações entre sociedade e natureza, campo e cidade, trabalho e território, circulação e desigualdade. Por isso, analisar suas imagens significa observar também quais sujeitos aparecem como protagonistas do mundo social, quais posições ocupam e quais sentidos são atribuídos aos corpos que nelas circulam. Sob essa ótica, o livro didático pode participar da reprodução de estruturas profundas que moldam a percepção da realidade, especialmente quando se considera, com Maldonado-Torres (2007, p. 131), que a colonialidade opera na maneira como “[...] o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas são articulados por meio [...] da ideia de raça”.

A partir dessa compreensão, as imagens de profissões ocupam lugar importante no debate. Elas ajudam os estudantes a reconhecer formas de trabalho existentes na sociedade, ampliam repertórios sobre ocupações e podem favorecer a valorização de diferentes atividades. No entanto, quando não são analisadas criticamente,

também podem reproduzir associações historicamente desiguais entre raça e trabalho. A escola, nesse sentido, pode tanto desestabilizar quanto naturalizar hierarquias. O modo como as crianças veem pessoas brancas, negras e indígenas exercendo determinadas funções influencia sua percepção sobre pertencimento, possibilidade, prestígio e lugar social.

Essa discussão aproxima-se de Bento (2022, p. 58), quando a autora observa a presença de “[...] professoras e gestoras brancas, brinquedos e livros didáticos, planos de aula, projetos político-pedagógicos que dialogam exclusivamente com a branquitude”. A afirmação contribui para compreender que o currículo visual não se limita às imagens impressas no livro didático, mas participa de uma rede mais ampla de sentidos escolares, na qual determinados corpos, saberes e posições sociais são reiteradamente reconhecidos como referência.

Diante disso, é preciso afirmar, com cuidado, que nenhuma profissão é inferior em dignidade. O problema analítico não reside na presença de pessoas negras em trabalhos manuais, de cuidado, limpeza ou manutenção, uma vez que tais atividades são socialmente necessárias e sustentam dimensões essenciais da vida coletiva. A questão crítica emerge quando há repetição, desequilíbrio e ausência de pluralidade na distribuição visual das ocupações. Se sujeitos negros aparecem predominantemente vinculados a atividades de menor reconhecimento social, enquanto sujeitos brancos são associados a profissões de comando, alta escolarização ou maior prestígio econômico, o material didático pode colaborar para a manutenção simbólica de uma divisão racializada do trabalho.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa análise se torna ainda mais sensível. Crianças do 3º ao 5º ano estão construindo referências sobre si, sobre os outros e sobre o mundo social. As imagens que encontram nos livros didáticos não são recebidas como elementos neutros. Elas compõem repertórios de identificação, comparação e expectativa. Quando uma menina negra se vê apenas em ocupações de serviço e quase nunca em profissões científicas, jurídicas, médicas ou acadêmicas, o currículo visual pode limitar imaginários. Quando meninos brancos aparecem com frequência em posições de liderança, pesquisa ou decisão, o material pode naturalizar a branquitude como lugar de autoridade.

É justamente nesse ponto que a Geografia escolar pode contribuir para desnaturalizar essa lógica, ao examinar o trabalho como prática espacial, histórica e socialmente situada. As profissões não existem isoladamente: articulam-se a territórios, condições de vida, desigualdades econômicas, relações raciais e formas de reconhecimento. Assim, a análise das representações de diferentes profissões em livros didáticos possibilita questionar não apenas quem aparece, mas também onde aparece, como aparece, com quais objetos, em que posição da página, em que relação com o texto verbal e com quais sentidos de valor social.

3. INTERCULTURALIDADE CRÍTICA E PEDAGOGIAS DECOLONIAIS COMO HORIZONTE EPISTEMOLÓGICO

A interculturalidade crítica não se reduz ao reconhecimento superficial das diferenças nem à inclusão pontual de sujeitos historicamente marginalizados no currículo. Sua força está em problematizar as relações de poder que produzem desigualdades e em questionar as estruturas que definem quais conhecimentos,

corpos, culturas e modos de vida são reconhecidos como legítimos. Nesse sentido, ela se aproxima das pedagogias decoloniais ao denunciar a permanência da colonialidade nas instituições, nos saberes escolares e nas formas de representação.

A colonialidade do poder, conforme Quijano (2005), ajuda a compreender que a hierarquização racial não terminou com o fim formal do colonialismo. Ela permanece nas estruturas econômicas, culturais, epistêmicas e educacionais. No campo escolar, essa permanência pode aparecer nas escolhas curriculares, nas narrativas históricas, nos exemplos didáticos e também nas imagens que organizam o olhar dos estudantes. Assim, quando um livro didático associa repetidamente determinados grupos raciais a certos trabalhos, ele não apenas representa o mundo. Ele participa da produção de sentidos sobre o mundo. Sob essa perspectiva, compreende-se que a leitura crítica de tais suportes visuais antecede e condiciona a própria leitura da palavra e do contexto social, uma vez que o processo educativo exige uma postura conscientizadora diante da realidade que nos cerca (Freire, 1996).

A contribuição de Walsh (2009) é fundamental para compreender a interculturalidade crítica como projeto político, pedagógico e epistêmico. Trata-se de uma perspectiva que tensiona a colonialidade e busca abrir caminhos para outras formas de existência, conhecimento e formação. Ao dialogar com esse horizonte, a análise de imagens de profissões em livros didáticos de Geografia deixa de ser apenas uma classificação de personagens e passa a constituir uma leitura crítica das relações entre visualidade, trabalho, raça e poder.

Candau (2020) contribui para situar o debate no campo educacional brasileiro, especialmente ao problematizar a necessidade de práticas pedagógicas capazes de reconhecer diferenças sem transformá-las em folclore, exotismo ou simples adição curricular. A interculturalidade crítica exige que a escola se pergunte não apenas se há diversidade nas imagens, mas como essa diversidade aparece, em que condições aparece e quais desigualdades continuam sendo preservadas pela forma de representar.

Autoras das relações étnico-raciais, como Gomes (2018) e Bento (2022), aprofundam essa leitura ao evidenciar que a educação antirracista exige o enfrentamento da branquitude como posição social historicamente beneficiada. Nesse sentido, não basta contar quantas pessoas negras aparecem no livro didático. É necessário observar se aparecem com protagonismo, diversidade, dignidade, complexidade e circulação por diferentes espaços sociais. Também é preciso analisar se pessoas brancas são reiteradamente apresentadas como norma de competência, liderança e autoridade.

A pedagogia decolonial, portanto, oferece ao artigo uma chave interpretativa que evita reduzir a Análise de Conteúdo a uma técnica descritiva. O compromisso não é apenas organizar imagens, mas compreender como elas podem contribuir para manter ou desestabilizar hierarquias. Essa escolha metodológica reflete o princípio freiriano de que a prática educativa e a pesquisa pedagógica não são atividades neutras, mas atos políticos e estéticos que demandam do investigador rigorosidade metódica associada a um profundo compromisso com a ética e a transformação social (Freire, 1996). Desse modo, preserva-se a coerência epistemológica do estudo e reafirma-se uma

preocupação fundamental: utilizar instrumentos metodológicos sem perder de vista o lugar político da pesquisa em Educação.

4. A ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO APOIO METODOLÓGICO SITUADO

A Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), é mobilizada neste artigo como apoio metodológico situado para organizar, descrever e interpretar imagens de profissões em livros didáticos de Geografia do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A opção por esse procedimento não significa assumir a técnica como uma matriz neutra ou fechada, mas utilizá-la como caminho de sistematização das unidades de registro, dos indicadores e dos eixos interpretativos. A interpretação crítica, por sua vez, é orientada pela interculturalidade crítica e pelas pedagogias decoloniais, pois o interesse do estudo não se limita a contar personagens ou profissões, mas a compreender como raça, trabalho e prestígio social são visualmente articulados no currículo escolar.

Bardin (2016) compreende a Análise de Conteúdo como um conjunto de técnicas voltadas à análise das comunicações, permitindo que o pesquisador produza inferências a partir de procedimentos sistemáticos. No contexto deste artigo, essa contribuição é relevante porque favorece a transformação de impressões iniciais em um percurso analítico organizado, explícito e teoricamente orientado. Assim, imagens aparentemente simples, como uma pessoa representada em determinada profissão, passam a ser observadas em suas recorrências, ausências, contrastes e associações simbólicas.

Na Figura 1, as atividades desenvolvidas por crianças de uma escola pública permitem problematizar como determinadas representações visuais podem sustentar sentidos racializados sobre valor, pertencimento e reconhecimento social. A partir da noção de colonialidade formulada por Maldonado-Torres (2007), tais registros podem ser compreendidos como indícios da permanência da colonialidade nos materiais escolares, sobretudo quando articulam, de modo aparentemente naturalizado, percepções sobre quem é associado ao positivo ou ao negativo, à felicidade ou à sua negação. Ao analisar as duas imagens da Figura 1, observa-se que as respostas das crianças sugerem associações pejorativas em relação às pessoas negras, evidenciando a necessidade de examinar criticamente como imagens, enunciados e atividades escolares participam da produção de sentidos sobre raça.

Figura 1. Imagens em atividades de livros didáticos do Ensino Fundamental I



Fonte: Teoria em Debate (2021) e G1 Pernambuco (2020). Organização: Miguel Herbert (2026).

A opção por essa abordagem também se apoia em Minayo (2002), para quem a Análise de Conteúdo favorece a leitura do que está por trás dos conteúdos manifestos, “indo além das aparências” (Minayo, 2002, p. 74). Essa compreensão é relevante para o presente estudo

porque as imagens de profissões não comunicam apenas ocupações; elas também podem sugerir lugares sociais, expectativas de futuro, hierarquias raciais e formas de pertencimento. Do mesmo modo, Moraes (1999) lembra que uma mensagem comporta “múltiplas interpretações” (Moraes, 1999, p. 4), o que exige atenção às condições sociais de produção e recepção do material didático.

Franco (2008) contribui para reforçar que a Análise de Conteúdo não se encerra no levantamento do material, pois “toda análise de conteúdo implica comparações” (Franco, 2008, p. 26). Essa afirmação é especialmente produtiva para o estudo das imagens de profissões, uma vez que a análise precisa comparar presenças, ausências, posições sociais, cenários, gestos, objetos e relações entre texto verbal e imagem. Desse modo, não se trata de afirmar, de forma apressada, que determinada representação é inadequada, mas de observar se há padrões recorrentes que associam certos corpos a determinadas ocupações e espaços sociais.

A Figura 2 sintetiza esse percurso metodológico em três movimentos articulados, permitindo ao leitor visualizar como a Análise de Conteúdo organiza a passagem da seleção do material à interpretação crítica das imagens.

Figura 2. Fases da Análise de Conteúdo no percurso metodológico do estudo



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Bardin (2016).

4.1. Pré-análise: Delimitação do Material, Leitura Flutuante e Perguntas Orientadoras

A primeira etapa do percurso metodológico corresponde à pré-análise. Trata-se do momento de aproximação inicial com o material, no qual se realiza a leitura flutuante, delimita-se o conjunto de imagens a ser examinado e organizam-se as primeiras perguntas que orientarão a investigação. Bardin (2016) destaca que essa fase tem a função de tornar operacionais as ideias iniciais, permitindo que o pesquisador construa um plano de análise coerente e flexível.

Neste artigo, a pré-análise é voltada ao estudo de imagens de profissões presentes em livros didáticos de Geografia do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental. O primeiro movimento consiste em selecionar páginas ou unidades em que aparecem trabalhadores, trabalhadoras, ambientes profissionais, atividades econômicas e práticas sociais vinculadas ao mundo do trabalho, como serviços urbanos, campo, cidade, comércio, indústria, escola, saúde, limpeza, cuidado, manutenção e transporte.

Em seguida, realiza-se a leitura flutuante das imagens, observando-as sem reduzir imediatamente seus sentidos a classificações

fechadas. Nesse momento, o pesquisador registra impressões iniciais e formula perguntas como: quais profissões aparecem? Quais sujeitos são representados exercendo essas profissões? Há pessoas negras, brancas e indígenas? Em quais ocupações elas aparecem? Há associação recorrente entre sujeitos racializados e trabalhos manuais, de limpeza, cuidado ou manutenção? Profissões de maior prestígio social, como medicina, advocacia, engenharia ou gestão, aparecem associadas a quais sujeitos?

Ainda nessa etapa, definem-se critérios de inclusão e exclusão do material. A exaustividade exige considerar todos os elementos pertinentes ao objetivo da investigação, pois, segundo Bardin (2016, p. 97), “[...] é preciso terem-se em conta todos os elementos desse corpus”. A pertinência, por sua vez, orienta a seleção das imagens que de fato se relacionam ao problema do artigo. Assim, não entram no material de análise todas as imagens do livro, mas aquelas que apresentam, de forma direta ou indireta, profissões, trabalhadores, atividades laborais ou papéis sociais vinculados ao mundo do trabalho.

4.2. Exploração do Material: Unidades de Registro, Codificação e Eixos Interpretativos

A segunda etapa corresponde à exploração do material. Nesse momento, as imagens selecionadas deixam de ser apenas observadas e passam a ser organizadas em unidades de registro. Em pesquisas com imagens, a unidade de registro pode assumir diferentes formas: uma imagem inteira, uma personagem em situação de trabalho, uma profissão representada, um cenário profissional, um objeto associado ao trabalho ou a relação entre texto verbal e imagem.

A codificação consiste em atribuir marcas analíticas ao material, de modo que seja possível reconhecer regularidades, contrastes e lacunas. Para o recorte proposto, podem ser observados indicadores como marcadores étnico-raciais visualmente sugeridos, gênero, faixa etária representada, profissão retratada, espaço de atuação, posição da personagem na cena, presença ou ausência de protagonismo, objetos associados ao trabalho, relação com outras personagens e valorização simbólica da ocupação.

Essa etapa metodológica, fundamentada em Bardin (2016), pode ser articulada à noção de colonialidade discutida por Maldonado-Torres (2007), especialmente quando a análise busca compreender como o material didático participa da produção de sentidos sobre raça, trabalho, autoridade e pertencimento. Nessa perspectiva, a exploração do material não se limita à identificação de elementos visuais, mas procura observar como certas imagens podem reiterar lugares sociais historicamente atribuídos às pessoas negras.

Na Figura 3, as imagens permitem problematizar modos de representação que associam pessoas negras a posições socialmente subalternizadas. Na segunda imagem, por exemplo, observa-se uma mulher negra carregando uma criança branca enquanto transporta produtos de consumo sobre a cabeça. A cena pode ser interpretada como indício de permanência de uma lógica visual marcada pela colonialidade, na qual o corpo negro é associado ao cuidado, ao serviço e ao trabalho físico, enquanto a branquitude aparece vinculada à centralidade da cena e ao lugar de cuidado recebido. Desse modo, a análise evidencia a importância de investigar não apenas quem aparece nas imagens, mas também em que posição aparece, que função desempenha e quais sentidos sociais são produzidos por essa representação.

Figura 3. Imagens de pessoas negras em livros didáticos de Geografia e História



Fonte:https://www.labeurb.unicamp.br/rua/paginasartigo/vie/wpagina?numeroPagina=10&artigo_id=11 acesso em 11/06/2026



Fonte:<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2017/03/pesquisadora-questiona-abordagem-mulheres-negras-em-livros-didaticos.html> acesso em 11/06/2026

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base em Labeurb/Unicamp e G1 Pernambuco. Acesso em: 11 jun. 2026.

Embora Bardin (2016) utilize o termo "categorias de análise" para nomear os agrupamentos construídos na organização do material, este artigo opta pela expressão "eixos interpretativos". Essa escolha não representa um afastamento da Análise de Conteúdo, mas uma adequação ao caráter crítico e decolonial da investigação. Ao analisar imagens de profissões, interessa não apenas classificar personagens ou ocupações, mas compreender os sentidos produzidos pelas recorrências, ausências e associações visuais.

Desse modo, os eixos interpretativos são compreendidos como categorias analíticas em movimento. Eles nascem da lógica categorial da Análise de Conteúdo, mas são reorientados pelo compromisso decolonial assumido neste artigo. Sua função é organizar a leitura crítica sem fixar os sentidos das imagens em classificações rígidas. Com isso, torna-se possível observar como raça, trabalho, prestígio social e pertencimento são visualmente construídos nos livros didáticos de Geografia, evidenciando

recorrências, silenciamentos e hierarquias que atravessam o currículo visual.

A Figura 4 amplia essa discussão ao aproximar o debate metodológico de uma situação social contemporânea. As imagens veiculadas na reportagem evidenciam que a distribuição social do prestígio profissional não pode ser compreendida de modo dissociado da história racial brasileira. Ao contrastar manifestações de garis por melhores salários e de médicos contra o Programa Mais Médicos, o material jornalístico permite problematizar como determinadas profissões continuam sendo socialmente percebidas a partir de hierarquias que articulam raça, trabalho e reconhecimento público. Nesse contexto, Laureano (2014), ao recuperar a fala do cientista social Gustavo Santana, registra:

Não há racismo? Os médicos são todos brancos e os garis todos negros? Isso caiu do céu? Deus quis assim? Que quem fosse preto nessa sociedade estivesse relegado aos extratos mais baixos do modo produtivo? Na verdade não, meu camarada! Os garis são todos negros e os médicos todos brancos porque em algum momento de sua história deste país brancos europeus escravizaram negros africanos e dele extraíram sua força produtiva e fizeram acumulação primitiva do capital econômico, capital este que deixaram de herança para seus descendentes brancos enquanto para os descendentes dos escravos sobrou a falta de escola, de saúde, de local de moradia e as vassouras, pás, enxadas, caixas de engraxate, colheres de pedreiro.”

A força desse trecho reside em explicitar que a relação entre raça, profissão e prestígio social não resulta de decisões individuais isoladas, mas de processos históricos que organizaram desigualmente o acesso à educação, ao reconhecimento profissional e às posições socialmente mais valorizadas. Assim, a Figura 4 reforça a pertinência dos eixos interpretativos e da leitura crítica proposta, pois permite observar como determinadas profissões ainda são racializadas no imaginário social brasileiro.

Figura 4. Manifestações de garis e médicos no Rio de Janeiro



Fonte: <https://www.anf.org.br/sobre-garis-vitorias-e-racismo/>
Foto montagem: Pedro Paulo Bicalho
Acesso por Herbert Miguel em 12/06/2026

Fala do cientista social Gustavo Santana na reportagem: “Fico impressionado com os comentários que vejo na foto que apresenta em comparação o movimento dos garis com as passeatas dos estudantes de medicina contra o Médico para todos e mostra como o Brasil é um país desigual e racista. Tenho lido que a foto não mostra nada, que não há racismo no Brasil e coisa e tal.

Fonte: anf.org.br / Org. Elaborado pelos autores.

Para este recorte, propõem-se inicialmente três eixos interpretativos: a) representação étnico-racial dos sujeitos; b) profissão, trabalho e prestígio social; c) espaço, interação e pertencimento. O primeiro eixo observa quem aparece nas imagens e de que modo aparece. O segundo analisa quais ocupações são associadas a determinados sujeitos e quais sentidos de valorização ou subalternização podem ser produzidos. O terceiro examina onde essas personagens são inseridas, com quem interagem e que lugar ocupam na composição visual. Esses eixos não são compreendidos como classificações fixas, mas como instrumentos de leitura crítica, podendo ser ampliados ou refinados ao longo da análise, desde que permaneçam coerentes com o problema, os objetivos do estudo e o compromisso decolonial assumido neste artigo.

4.3. Tratamento dos Resultados: Inferência, Interpretação e Leitura Decolonial

A terceira etapa refere-se ao tratamento dos resultados, à inferência e à interpretação. É nessa fase que as descrições organizadas ganham densidade analítica. A inferência permite relacionar os registros observados às condições sociais, históricas e curriculares que atravessam a produção das imagens. Nesse sentido, Bardin (2016) compreende a inferência como movimento que ultrapassa a descrição e busca compreender sentidos menos evidentes no material.

No caso das imagens de profissões, a inferência pergunta o que a representação visual ensina, naturaliza ou silencia. Uma pessoa negra representada como gari, mecânico ou empregada doméstica não constitui, isoladamente, um problema, pois tais profissões são dignas e socialmente necessárias. A questão crítica emerge quando, no conjunto do material, corpos negros aparecem de modo recorrente em ocupações menos valorizadas, enquanto corpos brancos são reiteradamente associados a profissões de maior prestígio econômico, técnico ou institucional.

A leitura decolonial amplia essa interpretação porque desloca a análise do plano da representação isolada para o campo das hierarquias históricas. A colonialidade do poder, conforme Quijano (2005), ajuda a compreender como raça e trabalho foram historicamente articulados na formação social brasileira. A interculturalidade crítica, em diálogo com Walsh (2009) e Candau (2020), por sua vez, permite perguntar se o material didático apenas reconhece diferenças de modo pontual ou se contribui para desestabilizar as hierarquias que sustentam desigualdades no currículo visual.

Por isso, o tratamento dos resultados deve considerar tanto o que aparece quanto o que permanece ausente. A ausência de pessoas negras em profissões de prestígio, a presença reduzida de povos indígenas no mundo do trabalho contemporâneo ou a representação de trabalhadores sem nome, voz, contexto e protagonismo podem indicar formas sutis de silenciamento. A análise, portanto, não se restringe à presença numérica; busca compreender a qualidade da presença e os sentidos produzidos por ela.

4.4. Síntese do Percurso Metodológico Proposto

O percurso metodológico deste artigo pode ser sintetizado em cinco movimentos articulados. Primeiro, delimita-se o material, selecionando imagens de profissões em livros didáticos de Geografia do 3º ao 5º ano. Segundo, realiza-se a leitura flutuante, registrando impressões iniciais e formulando perguntas ao material. Terceiro, definem-se as unidades de registro, considerando personagens, cenas profissionais, ocupações, espaços e relações entre texto e imagem. Quarto, organiza-se o material em eixos interpretativos, compreendidos como categorias analíticas em movimento. Quinto, procede-se à inferência e à interpretação decolonial, articulando os sentidos construídos no material às discussões sobre raça, trabalho, prestígio social, colonialidade e currículo visual.

Esse passo a passo confere transparência ao artigo e permite que outros pesquisadores compreendam como a análise pode ser conduzida. Ao mesmo tempo, mantém-se a sobriedade acadêmica necessária para evitar que a técnica seja mobilizada de forma mecânica, descontextualizada ou desvinculada do compromisso crítico assumido no estudo. A Análise de Conteúdo oferece rigor ao

percurso, enquanto a interculturalidade crítica e a pedagogia decolonial impedem que a leitura das imagens seja reduzida à simples classificação. Assim, o método constitui um caminho de organização analítica e, simultaneamente, uma abertura para problematizar os silêncios, as recorrências e as hierarquias que atravessam o material didático.

5. PROPOSTA DE EIXOS INTERPRETATIVOS PARA O ESTUDO DE IMAGENS DE PROFISSÕES

A seguir, apresenta-se uma proposta de organização dos eixos interpretativos para pesquisas que pretendam analisar imagens de profissões em livros didáticos de Geografia. A intenção não é oferecer um modelo fechado, mas um roteiro metodológico flexível, capaz de orientar o olhar do pesquisador e favorecer uma leitura crítica, situada e decolonial.

Quadro 1. Eixos interpretativos para análise crítica de imagens de profissões

Eixos interpretative	Foco da análise	Perguntas orientadoras
Representação étnico-racial dos sujeitos	Identificação dos sujeitos representados nas imagens, considerando raça, etnia, gênero, idade e traços de diversidade visual.	Quem aparece? Há presença de pessoas negras, brancas e indígenas? As representações são plurais ou repetitivas? Há protagonismo ou presença periférica?
Profissão, trabalho e prestígio social	Análise das ocupações representadas, do tipo de trabalho exercido e do valor simbólico atribuído às profissões.	Quais profissões são associadas a quais sujeitos? Há equilíbrio entre profissões manuais, técnicas, científicas, artísticas,

		jurídicas, médicas e de cuidado?
Espaço, interação e pertencimento	Observação do cenário, dos objetos, das relações entre personagens e da posição ocupada pelos sujeitos na composição visual.	Onde os sujeitos aparecem? Em que posição estão na imagem? Interação de modo cooperativo, subordinado ou central? O espaço reforça ou desloca hierarquias sociais?
Relação entre texto verbal e imagem	Leitura da articulação entre legenda, enunciado, atividade e imagem, considerando se o texto confirma, amplia ou limita os sentidos visuais.	O texto orienta uma leitura crítica da imagem? A atividade problematiza desigualdades ou apenas naturaliza a cena apresentada?
Silenciamento e ausências	Identificação de sujeitos, profissões ou espaços que não aparecem ou aparecem de forma residual no material.	Quais profissões não são associadas a determinados grupos? Quais sujeitos estão ausentes de lugares de autoridade, ciência, gestão, tecnologia ou criação?

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os eixos interpretativos apresentados permitem articular descrição e interpretação. Eles ajudam o pesquisador a evitar leituras impressionistas, ao mesmo tempo em que impedem que a análise se reduza a uma contagem descontextualizada. A força da proposta está em relacionar o que se vê nas imagens com as hierarquias historicamente produzidas que associam raça, trabalho e prestígio social no Brasil.

Em uma perspectiva decolonial, analisar imagens de profissões não significa apenas verificar se há diversidade. Significa perguntar se a

diversidade apresentada desestabiliza hierarquias ou apenas as torna menos visíveis. Também implica compreender que a presença de pessoas negras, brancas e indígenas precisa ser observada em relação às posições sociais que ocupam no material. Uma representação aparentemente inclusiva pode continuar limitada quando alguns grupos aparecem sempre em funções subalternizadas ou sem reconhecimento simbólico.

Essa proposta metodológica também pode favorecer a formação docente. Ao aprender a interrogar imagens de profissões, professores e professoras podem ampliar o uso crítico do livro didático, transformando cenas aparentemente simples em oportunidades de debate sobre trabalho, dignidade, desigualdade, racismo e projeto de vida. A Geografia, nesse sentido, ganha potência formativa ao aproximar a leitura do espaço da leitura das relações sociais que o constituem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou discutir a Análise de Conteúdo como apoio metodológico situado para uma leitura decolonial de imagens de profissões em livros didáticos de Geografia do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A proposta partiu da compreensão de que as imagens escolares não são neutras. Elas participam da formação do olhar, produzem sentidos sobre trabalho e pertencimento e podem contribuir para naturalizar ou desestabilizar hierarquias raciais e sociais.

A principal contribuição do texto está em propor uma articulação equilibrada entre rigor metodológico e compromisso ético-político. Bardin (2016) foi mobilizada na seção metodológica como referência

para organizar unidades de registro, procedimentos de codificação e eixos interpretativos construídos a partir da lógica categorial da Análise de Conteúdo. No entanto, a interpretação crítica foi orientada pela interculturalidade crítica e pela perspectiva decolonial, de modo que a organização metodológica não se encerrou na classificação, mas se abriu à problematização dos sentidos produzidos pelas imagens escolares.

Essa articulação entre teoria e método materializou-se, ao longo do artigo, por meio de exemplificações analíticas que aproximaram imagens escolares e situações sociais contemporâneas. Na metodologia, a categorização ganhou contornos práticos ao evidenciar, na Figura 1, como atividades escolares em circulação social podem sugerir associações racializadas entre pessoas negras, valor social, felicidade e pertencimento. Posteriormente, a Figura 3 permitiu problematizar representações que vinculam corpos negros a posições socialmente subalternizadas, como na cena em que uma mulher negra aparece exercendo trabalho físico e de cuidado em relação a uma criança branca. Por fim, a Figura 4 aproximou a discussão dos debates contemporâneos sobre racismo e divisão racializada do trabalho, evidenciando que as imagens escolares dialogam com sentidos sociais produzidos e reiterados no debate público.

Ao focalizar as imagens de profissões no componente curricular de Geografia, o artigo desloca o debate para um campo ainda fértil de investigação. O mundo do trabalho, quando apresentado às crianças, pode ampliar repertórios de identificação, dignidade e pertencimento. Contudo, as situações analisadas demonstram que ele também pode reproduzir, de maneira silenciosa, uma divisão racializada das ocupações. Por isso, analisar quem aparece como

gari, professora, profissional da medicina, da advocacia, da mecânica, da ciência, da agricultura, da engenharia, do trabalho doméstico ou da gestão pública não é uma questão secundária. Trata-se de compreender como a escola participa da produção de imaginários sobre lugares sociais possíveis.

Conclui-se que a leitura crítica das imagens de profissões pode contribuir para a formação docente, para a avaliação de materiais didáticos e para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade curricular. O livro didático pode continuar sendo um recurso importante, desde que seja lido com atenção, questionamento e responsabilidade. Nessa perspectiva, a educação crítica não se limita ao uso dos materiais escolares, mas assume o compromisso de interrogá-los, abrindo possibilidades para que outros sujeitos, profissões, histórias e modos de existência sejam reconhecidos com dignidade no currículo.

O presente trabalho contou com a colaboração da Inteligência Artificial Gemini para a correção de eventuais erros de digitação, pontuação e acentuação, bem como para a revisão da formatação conforme as normas da ABNT, em estrita observância à Portaria CNPq nº 2.664/2026. Em síntese, a referida ferramenta foi utilizada, ocasionalmente, para promover melhorias na coesão e na coerência de trechos específicos, visando retificar o emprego inadequado de pontuação em determinadas sentenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 13 jun. 2026.

CANDAU, Vera Maria. **Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes.** Revista Espaço do Currículo, João Pessoa, v. 13, n. especial, p. 678-686, dez. 2020.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo.** Brasília: Liber Livro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2018.

LAUREANO, Max. **Sobre garis, vitórias e racismo.** Agência de Notícias das Favelas (ANF), 10 mar. 2014. Disponível em: <https://www.anf.org.br/sobre-garis-vitorias-e-racismo/>. Acesso em: 12 jun. 2026.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** *In*: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver.** *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

¹ Professora pedagoga do município de Primavera do Leste – MT. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Letras de Jandaia do Sul – FAFIJAN. Especialista em Educação Especial: Deficiência Mental (DM), pela FAFIJAN. Mestra em Educação pelo

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), da Universidade Federal de Rondonópolis, na linha de pesquisa Linguagem, Educação e Cultura.

² Professor de Geografia do Município de Primavera do Leste - MT. Licenciado em Letras / Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Especialista em Educação e Relações étnicos-raciais – UFMT. Mestrando em Geografia – linha de Geotecnologias e Problemas Ambientais - Departamento de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR.